

## Quilombos do submédio São Francisco: definições e delimitações

Márcia Guena dos Santos<sup>1</sup>; Ilana Copque Fialho<sup>2</sup>; Juliano Ferreira do Carmo;  
Mauricio Fidalgo<sup>3</sup>

### RESUMO

Este artigo traz alguns resultados preliminares da pesquisa intitulada "Perfil fotoetnográfico das comunidades quilombolas da região do submédio São Francisco", que pretende realizar, em especial, um mapeamento dos quilombos rurais nos municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). A princípio o texto discute os conceitos de quilombos empregados por historiadores e antropólogos, justificando o porque da adoção da terminologia “comunidades negras rurais quilombolas”, passando pela lei de demarcação de áreas quilombolas, bem como as estatísticas concernentes. O artigo traz ainda os resultados da primeira visita realizada a um quilombo da região do Vale do São Francisco, a comunidade Barrinha da Conceição, localizada no Município de Juazeiro.

**Palavras chave: quilombos; fotoetnografia; comunidades rurais negras quilombolas**

### 1. INTRODUÇÃO

A herança cultural da população negra<sup>4</sup> no Brasil expressa-se através de vários aspectos como a linguagem, a composição fenotípica da população, a gastronomia, a

---

<sup>1</sup> Professora Mestre do curso de Comunicação Social Jornalismo em Multimeios da UNEB – CAMPUS III, coordenadora do projeto Perfil Fotoetnográfico das populações quilombolas do submédio São Francisco.

<sup>2</sup> Aluna do nono semestre do curso Comunicação Social Jornalismo em Multimeios, atuou como bolsista de iniciação científica pela FAPESP no projeto Perfil Fotoetnográfico das populações quilombolas do submédio São Francisco.

<sup>3</sup> Estudantes do curso de Jornalismo em Multimeios da UNEB e voluntários do projeto Perfil fotoetnográfico das populações quilombolas do submédio São Francisco.

<sup>4</sup> Utilizamos a expressão população negra com o mesmo sentido de afrodescendente. Preferimos a primeira à segunda expressão em função de ser aceita por segmentos acadêmicos e pelo movimento negro, que tem

religiosidade etc. No entanto, na região do submédio São Francisco, à qua esse trabalho se refere, especialmente entre os municípios de Juazeiro (BA) e Petrolina (PE), apesar da existência de inúmeros registros de atividades culturais relevantes de grupos negros, essa cultura ainda não foi disseminada e incorporada ao cotidiano desse mesmo segmento étnico e do restante da população local, mantendo-se como ações do gueto de origem. Dessa forma, a cultura “afro” muitas vezes é folclorizada, sendo lembrada apenas nas datas festivas, como o 13 de maio ou o 20 de novembro.

Essa observação preliminar encerra uma contradição, pois a presença dos povos negros nessa região é marcante. O submédio São Francisco, de acordo com a delimitação estabelecida pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) (2009) engloba municípios localizados nos da Bahia e Pernambuco, estendendo-se de Remanso até Paulo Afonso (BA). Inclui as sub-bacias dos rios Pajeú, Tourão e Vargem, além da sub-bacia do rio Moxotó, último afluente da margem esquerda. Fazem parte as cidades de Juazeiro e Paulo Afonso, na Bahia; Petrolina, Ouricuri e Serra Talhada, em Pernambuco. Neste perímetro, segundo a Fundação Palmares (2009) estão concentradas 17 comunidades quilombolas, representando, portanto, uma herança cultural inestimável para a região.

O projeto “Perfil fotoetnográfico das populações quilombolas da região do submédio São Francisco: identidades em movimento” percebe a importância de localizar essas populações, identificadas através de imagens e de suas histórias, para em seguida traçar relações com as construções identitárias na região. Este artigo discute algumas questões que antecedem o trabalho de campo: a definição de quilombos no Brasil e na região do submédio; aponta as principais estatísticas sobre a região e faz um pequeno perfil da primeira comunidade visitada: Conceição do Barreirinho<sup>5</sup>.

---

recusado a expressão afrodescendente, por uma necessidade política de afirmação da condição da origem negra da população. No entanto, não vemos um problema conceitual de fato no uso das duas expressões, uma posição compartilhada por MATTOS (2008).

<sup>5</sup> Há uma importante referência de pesquisa, que também realizou um perfil etnográfico de três áreas quilombolas na região. Trata-se do trabalho “Renascer” (MENDES, KELSEN, VIDAL, 2010), que restringiu-se a três comunidades da região: Cupira, Inhanhum e Serrote, localizadas no município de Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, a 140 quilômetros de Petrolina. Pretendemos ampliar essa pesquisa, incorporando novos contornos metodológicos. Além disso, também foi realizado um trabalho acerca de rádios comunitárias no Quilombo de Tijuacu na Bahia, de autoria de Karine Silva. Ambos são trabalhos de final de curso, na área do Jornalismo, que merecem um aprofundamento maior.

## 2. CONCEITOS DE QUILOMBOS AO LONGO DA HISTÓRIA

Este estudo insere-se em uma concepção da historiografia contemporânea que localiza as populações negras como sujeitos políticos de suas histórias, ao contrário do que vinha sendo feito até a primeira metade do século XX. Os estudos sobre rebeldia escrava tiveram papel importante na configuração de metodologias para análise das populações negras, que ao longo do tempo, foram alterando-se (as metodologias). Após a ruptura com o pensamento racista do século XIX, que tem em Nina Rodrigues um de seus maiores nomes no país, e à revisão do conceito de democracia racial, já nos anos 50, intelectuais de esquerda, marxistas, debruçaram-se sobre a questão da rebeldia escrava, atribuindo novos papéis às populações negras reunida nos quilombos, porém bastante ancorada em uma perspectiva classista, às vezes inadequada à discussão. Com os estudos contemporâneos algumas dessas limitações foram ultrapassadas, principalmente com a percepção do papel político das populações negras e da forte influência de aspectos da cultura afro-brasileira para a construção de alternativas organizativas.

Este é uma pequena síntese das fases que determinam o pensamento sobre quilombos no Brasil, a qual será discutida pormenorizadamente a seguir. Já no século XVIII o poder colonial definiu o que era um quilombo, influenciando o pensamento até meados do século XX, como apontam alguns autores:

Em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino valeu-se da seguinte definição de quilombo: ‘toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele’. Esta caracterização descritiva perpetuou-se como definição clássica do conceito em questão e influenciou uma geração de estudiosos da temática quilombola até meados dos anos 70, como Artur Ramos (1953) e Edson Carneiro (1957). (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002, p.1)

Com esta concepção cristalizava-se o conceito de quilombo no passado, como oposição à escravidão, “aparecendo como espaço de resistência e de isolamento da

população negra” (SCHMITT, TURATTI, CARVALHO, 2002, p.1), um conceito que impedia pensar o quilombo como uma organização contemporânea, urbana e rural. No entanto, o debate ganhou novos contornos e importância a partir do direito estabelecido pela constituição de 1988 de reconhecimento dos quilombolas e de suas terras. A questão hoje e que interessa bastante a essa pesquisa é justamente a definição e a atribuição de direito às pessoas que podem usufruí-lo e a entrega da documentação das terras onde vivem. Deste modo, novas questões metodológicas surgiram antes e após a promulgação do artigo 68, o qual nos referiremos abaixo.

Um dos autores que traz importantes contribuições para essa temática é José Maurício Arruti (2008) que, além de teórico, atua na construção dos documentos necessários para a destinação de direitos para diferentes grupos quilombolas. Para Arruti (2008), o conceito de quilombo sofreu ressemantizações que podem ser localizadas historicamente. A primeira delas fala do quilombo como “resistência cultural”, espaços onde era construída uma cultura negra no Brasil ou a reprodução de África no Brasil. Palmares foi assim visto por Nina Rodrigues, quando se referiu àquele quilombo como “um retorno à barbárie africana” (RODRIGUES, 1977 apud ARRUTI, 2008, p. 318). Já Arthur Ramos, positiva a discussão no início do século XX, apontando que esses seriam espaços contraaculturativos. (ARRUTI, 2008, p. 318). Arruti localiza essa fase até os anos 60 e como uma busca da África entre nós. E um dos principais nomes da primeira metade do século XX que irá influenciar vários autores é Edson Carneiro, com o livro “Quilombo dos Palmares”. Para Arruti, trata-se de uma leitura histórica e antropológica da questão, mas também com inserida na idéia de resistência cultural, que guarda as tradições africanas. Carneiro era militante do Partido Comunista e do movimento negro e foi perseguido pela repressão, tendo conseguido refúgio no terreiro Axé Opô Afonjá (REIS; GOMES, 1996, p. 12).

A segunda ressemantização, de acordo com Arruti (2008) relaciona-se a sua viabilidade como resistência política, pensado na relação entre classes populares e ordem dominante. Essa nova definição vai reverberar em autores como Clóvis Moura e os teóricos da escola paulista. Clóvis Moura, com *Rebeliões e Senzalas* (1959, Editora Zumbi) vai rediscutir os quilombos a partir de uma perspectiva “mais estritamente marxista” (REIS; GOMES, 1996, p. 12). Na década em que Moura publica o livro, é o momento da

desconstrução da idéia de harmonia entre escravos e sistema escravocrata, ou seja a desconstrução das idéias de Gilberto Freyre, da harmonia entre as raças. A chamada escola paulista encabeça esse processo. Apesar disso, Reis e Gomes (1996) também fazem uma dura crítica aos autores dessa escola - que tem entre seus maiores representantes Florestan Fernandes, Otávio Ianni e Fernando Henrique Cardoso – por atribuírem um papel político menor à resistência escrava, dando ênfase a “coisificação do escravo”.

Clóvis Moura e posteriormente Luís Luna, José Alípio Goulart e Décio Freitas, entre outros, irão privilegiar essa resistência. Os quilombos e revoltas passaram então a figurar como assuntos de destaque, embora sobrecarregados por uma tendência à discussão de táticas de guerrilha e de interação entre os quilombos e outros movimentos políticos. (REIS e GOMES, 1996, p.13).

Apesar dessa mudança de enfoque, Reis e Gomes (1996) apontam ainda que Clóvis Moura, junto com os demais que seguiam a mesma linha de pensamento, não abandonaram a idéia de que os escravos não compreendiam completamente a história vivida e sua dimensão política, aproximando-se assim da escola paulista.

Os poucos estudos mais recentes sobre quilombos e revoltas escravas, escritos nos anos 1980 e 1990, não abandonaram a problemática cultural nem a influência marxista. Na verdade são, em muitos casos, herdeiros desses paradigmas, pois neles encontramos tanto continuidade como ruptura em relação aos que vieram antes. No entanto, em geral, renovaram a discussão do fenômeno porque desistiram da busca frenética de sobrevivências africanas e, ao mesmo tempo, da rigidez teleológica do marxismo convencional, atualizando o debate a partir de novas perspectivas da historiografia recente, em particular aquela que vem inovando nas últimas três décadas os estudos da escravidão dentro e fora do país. Estudos que, de resto, muito devem à renovação da historiografia marxista, que procurou incorporar a seu universo de preocupações, via antropologia social, os aspectos simbólicos e rituais da vida em sociedade, contextualizando-os historicamente. (REIS; GOMES, 1996, p. 13).

O terceiro plano de ressemantização, segundo Arruti (2008, p. 320) elege o quilombo como ícone de resistência, tendo por principal arauto o movimento negro. Surge a partir dos anos 70, principalmente a partir da redescoberta de Palmares. Com o lançamento do livro “O Quilombismo”, de Abdias do Nascimento essa tese ganha corpo teórico, colocando o quilombo como uma perspectiva histórica humanista.

Os estudos sobre a escravidão refletem bastante essa mudança metodológica dos estudos, “substituindo a chamada teoria do ‘escravo coisa’ pela ‘teoria do escravo sujeito’, como afirma Mattos (2008, p. 35). Esse panorama pode ser amplificado para outras etnias.

Thompston (1981 apud MATTOS, 2008) exerce uma influencia decisiva nesse pensamento, criticando a ortodoxia das análises sociais, como por exemplo, o uso indistinto dos conceitos de classe social e luta de classes, abrindo as possibilidades para as análises baseadas na cultura e na experiência.

“Só mais recentemente, consolidada uma posição no campo da historiografia, puderam surgir trabalhos sobre escravidão e experiências de populações negras, não mais presos aos circuitos daquele debate, e sim voltados para uma pesquisa de temas inéditos”. (MATTOS, 2008, P. 36). Entre os autores que partem de novas abordagens metodológicas, pode-se citar Sidney Chalhoub (1996), que ao estudar a Revolta da Vacina, ocorrida no começo do século XX, no Rio de Janeiro, utiliza valores culturais-religiosos da cultura africana para entender a manifestação. O trabalho de João José Reis, com todas as suas publicações sobre as diversas revoltas negras ocorridas no Brasil, também recorre a concepções africanas de mundo para entender os mecanismos dessas manifestações (MATTOS, 2008).

Esse deslocamento do enfoque foi fundamental para a reflexão sobre as organizações quilombolas, pois com a incorporação de valores culturais e com as leituras antropológicas amplia-se a idéia de quilombo, saindo unicamente de um ideal palmarino, como uma estrutura hierárquica e estatal, para as várias possibilidades que se abrem para a organização de terras quilombolas, terras de preto, com seus laços de solidariedade e manutenção da vida.

### **3. COMUNIDADES RURAIS NEGRAS QUILOMBOLAS**

Em função dessa mudança de perspectiva, estamos chamando de populações quilombolas às pessoas de origem africana, ou afrodescendentes, que vivem nas Comunidades Negras Rurais de Quilombo, conceito que incorpora as “terras de santo”, “terras de preto”, “mucambos” e quilombos (AMORIN; GERMANI, 2005). Esses territórios não são fruto apenas da fuga de escravos no período escravocrata, com a conseqüente formação de um grupo de resistência ao sistema de então, eles representam formas diferenciadas de ocupação da terra, decorrentes de laços de consangüinidade, familiaridade entre outros:

Nesse sentido, é a passagem da condição de escravo para a de camponês livre que caracteriza esses agrupamentos, independentemente da estratégia utilizada pelo movimento de resistência. Assim, além da fuga com ocupação de terras livres – estratégia já amplamente difundida por materiais didáticos – o recebimento de terras como pagamento por serviços prestados ao Estado, como heranças, doações, compras ou mesmo permanência em terras privadas cujos proprietários não deixaram sucessores, também constituíram meios recorrentes de formação dessas comunidades (Andrade e Trecanni, 2000, p. 602, apud CHASIN, 2009, p. 160).

Esse é um conceito aceito pela antropologia, que concebe os grupos quilombolas como aqueles que desenvolvem práticas de “resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vidas característicos num determinado lugar (Associação Brasileira de Antropologia, 1994, apud CHASIN, 2009, p. 160). Portanto trata-se de uma estrutura coletiva de uso da terra que as populações oriundas do sistema escravocrata engendraram para a manutenção da vida. Muitas dessas comunidades foram criadas após a promulgação da Lei Áurea (13 de maio de 1888), que extinguiu a escravidão no Brasil. Deve-se destacar apenas, que, a ocupação da terra por populações negras não foi garantia suficiente para a sua posse. A lei de Terras de 1850 substituiu o direito à terra ancorada no uso da mesma, pelo direito cartorial, o que privilegiou os grupos ligados às elites do poder, em prejuízo das populações distantes das benesses políticas. (MATTOS, 2008).

A compreensão e destinação de direitos jurídicos e civis a populações quilombolas começaram a concretizar-se a partir da Constituição Federal de 1988, que no seu artigo 68 estabelece o seguinte: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos". Estas garantias refletiram a luta que o movimento negro travou ao longo do século XX, mais particularmente a partir da década de 60, mediante a compreensão que os povos de origem africana eram merecedores de uma reparação por parte do Estado. Porém o exercício do direito, da emissão do título passa por várias outras questões muito ligadas a tradição da posse da terra no País e a forma de comprovação da remanescente quilombola, discussão que mercê um outro artigo.

Em 1988, a Fundação Palmares foi criada com a finalidade de institucionalizar o reconhecimento da ocupação dessas terras. Além disso, estão entre as suas atribuições a

preservação do Patrimônio material e imaterial das populações afrodescendentes. Assim, a Fundação Palmares (2011) é definida institucionalmente como a “instituição governamental responsável pela formalização dos quilombos, bem como o seu assessoramento e estabelecimento de políticas públicas que garantam o acesso à cidadania, entendendo quilombolas como descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosas ao longo dos séculos.” Mas durante vários anos a Fundação sofreu inúmeras críticas por não ter poderes nem orçamento para institucionalizar uma política de tombamento que atendesse a contento essas chamadas sociedades tradicionais, o que de fato tornou muito lento o processo de reconhecimento.

#### **4. SUBMÉDIO SÃO FRANCISCO**

Hoje existem 1624 Comunidades quilombolas certificadas pela Fundação Palmares, no Brasil. Em Pernambuco, entre 2004 e 2010 foram 101 certificações e na Bahia, no mesmo período foram 348 (FUNDAÇÃO PALMARES, 2011). Na região do Submédio São Francisco, já delimitada na justificativa, existem 17 Comunidades Negras Rurais Quilombolas, segundo a Fundação Palmares (2009). No entanto, projeto Geografar – Geografia de Assentamento na área Rural, vinculado à Faculdade de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) aponta para um número maior. O total dos grupos soma em 23, incluindo aqueles que são reconhecidos e os que ainda estão em processo de etnogênese. Juazeiro é a cidade que se destaca com maior número de comunidades, sendo identificadas 14 delas. Alagadiço; Aldeia, Angico, Barrinha do Cambão, Barrinha da Conceição, Capim de Raiz, Curral Novo, Deus Dará, Junco, Pau Preto, Juazeiro Passagem, Rodeadouro, Salitre, Quipá. (GEOGRAFAR, 2005).

Um exemplo na região do médio São Francisco de luta e continuidade de trabalho tanto da comunidade e determinação de reconhecimento de uma área quilombola é a Comunidades Negra Rural do Rio das Rãs:

Por ser a primeira no Brasil a ser identificada como Remanescentes das Comunidades dos Quilombos e pela sua bravura de enfrentar forças políticas tradicionais da Região do Médio São Francisco, tornou-se um símbolo de resistência para as demais comunidades no país. A nível regional, sua influência e articulação tem como um dos resultados a identificação e reconhecimento de outras comunidades como quilombolas, cuja a reivindicação desta identidade está



vinculada aos direitos a regularização fundiária que a Constituição Federal de 1988 lhes garante.” (AMORIN; GERMANI, 2005, p. 804).

No início do século XVI, o Vale do São Francisco fez parte da política de expansões territorialistas, representadas, quase sempre, pelas fazendas de gado e missões religiosas (CAMPOS, 2008). Muitas comunidades foram alvo dos jesuítas, que com o objetivo de catequizar e civilizar, principalmente os índios criaram uma espécie de homogeneização étnica, já que reuniam em um único espaço, pessoas de regiões e costumes diferentes.

Segundo Campos (2008), para conter resistências de negros escravos e índios, a política de colonização utilizou três estratégias de conquista: O amansamento, a dominação e a extinção de grupos organizados. Foi dessa maneira que comunidades distintas se viram dentro de um quadro com novas relações, estabelecendo uma nova cultura e história.

Tendo em vista o registro de escravos no Sertão do São Francisco, Campos (2008) aponta o difícil resgate histórico, devido a escassez bibliográfica de documentos oficiais da época, que não traziam a distinção étnica dos vários grupos que chegaram à região. No entanto, é inegável a presença de comunidades, conforme indicam alguns documentos e a tradição oral dos grupos remanescentes. Tais dados apontam o Sertão pernambucano como propício à presença de negros escravos fugidos de outras localidades, ou vindos como força de trabalho para a área agrícola e pastoril. Nessa região, muitos dos quilombos formados abrangeram negros e índios, que se uniam para lutar contra forças opressoras, demonstrando uma formação etnicamente diferenciada. Fontes históricas produzidas por cronistas, viajantes e missionários afirmam a presença do caboclo enquanto fruto dessa multietnicidade. Reis e Gomes (2008) esclarecem que, em todo o Brasil, as trocas culturais e as alianças foram feitas não apenas entre africanos, mas também entre habitantes locais, como indígenas, mestiços e até mesmo brancos.

Arruti (2006) faz uma longa discussão sobre a presença de quilombos no sertão nordestino, mais particularmente em Sergipe, onde pesquisou a existência do quilombo Mocambo. Ele também aponta para a escassez de informações sobre os quilombos do sertão o que não quer dizer que não existiram. Mas foram pouco percebidos pela historiografia, que concentrou-se nas áreas onde houve trabalho escravo. As motivações que os levaram a adentrar as terras secas foram variadas e não passavam apenas pela criação de focos de resistência contra o estado, como já apontamos acima.

Contemporaneamente as comunidades rurais negras da área pesquisada estão em processo de etnogênese, que “abrange tanto o surgimento de novas identidades, assim como o reconhecimento de etnias já reconhecidas” (OLIVEIRA, 1993 *apud* CAMPOS 2008). Um dos objetivos desse movimento é o resgate de laços ancestrais. Na prática, constitui-se um processo bastante complexo, já que parte dessa identidade nominada quilombola tem sido apontada por agentes externos, através da personificação da lei. Em geral, as comunidades vão em busca do reconhecimento da área e se deparam com várias questões relacionadas a sua etnicidade, o que faz inaugurar nas comunidades um novo discurso, que, às vezes só se conforma enquanto quilombola com a presença de representantes do movimento negro (ARRUTI, 2008).

## **5. HIDRELÉTICAS, DESLOCAMENTOS E QUILOMBOLAS**

A região do Submédio São Francisco tem sido alvo de inúmeros projetos de aproveitamento de água, como a transposição do Rio São Francisco, a construção das usinas Hidrelétricas de Riacho Seco (BA) e Pedra Branca (BA), ainda não concluídas e diretamente ligadas aos municípios pernambucanos de Orocó, Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Petrolina, e as cidades baianas de Curaçá e Juazeiro. Também ganha destaque nesse processo, empreendimentos anteriores, como as Usinas Hidrelétricas de Xingo (localizada entre Alagoas e Sergipe), Itaparica (PE) e Sobradinho (BA). Campos (2008) destaca os impactos negativos dessas empreitadas, voltadas para os impactos ambientais, sociais e culturais de forma negativa. As comunidades quilombolas locais não poderiam estar de fora desse contexto.

Grupos de pessoas, deslocadas dos seus locais de origem, devido alguns dos empreendimentos anteriormente mencionados, vivem hoje em assentamentos e reassentamentos da região. Os municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista são os mais significativos de Pernambuco em número de assentamentos e trabalhadores rurais sem terra. A comunidade do Logrador, em Lagoa Grande, cercada por esses grupos, era reconhecida como uma das primeiras comunidades étnicas do município. Os moradores tiveram dificuldades em se manter nas suas terras, devido o não reconhecimento oficial de sua identidade, assim como a garantia de direitos coletivos. A comunidade do Lambedor,

também situada em Lagoa Grande e com um século de existência, foi formada pelos “antigos” que vieram do Logradouro. A história desse grupo retoma o tempo da escravidão que encontrou refúgio na Ilha do Pontal, onde viviam naquela época índios. Tal relato é confirmado por fontes históricas, que destacam o local como aldeamento dos indígenas “Tumaquium”.

Os impactos desses projetos não são sentidos apenas pela disputa de terras, mas também nas mudanças no acesso a água. Um exemplo é a pesca, hoje incipiente pelo desequilíbrio ecológico causado, principalmente pela construção de barragens.

Os grandes projetos de aproveitamento hídrico são uma ameaça as comunidades do São Francisco, que reclama a falta de informação sobre o assunto, as arbitrariedades dos processos e se colocam claramente contra a implantação de qualquer projeto de os coloque em uma situação de maior vulnerabilidade (CAMPOS, 2008, P. 13).

O projeto Produzir, uma parceria entre o Ministério da Integração e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - ONU/FAO, tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento regional, através da dinamização econômica local, combatendo o desemprego e o subemprego em zonas urbanas e rurais (CAMPOS, 2011). Relacionado a transposição, ele tem ajudado a desencadear o processo de etnogênese no Sertão Pernambucano do São Francisco. Esse é um programa de apoio as comunidades remanescentes de quilombos ligadas diretamente as cidades que serão atingidas pela transposição. “A execução deste programa consiste em identificar e implantar nas comunidades quilombolas as necessidades para garantir o acesso à saúde, educação, trabalho e renda, entre outros” (CAMPOS, 2008, p.13).

Em 2007, comunidades quilombolas de Pernambuco se reuniram na Ilha da Assunção, em Cabrobó (PE), território indígena dos Truká, para discutir sobre o projeto da Transposição (CCLF, 2011). Durante o encontro, que contou com cerca de 200 quilombolas de 20 comunidades do estado pernambucano e do Piauí, foram debatidos os benefícios e as perdas diante da empreitada. O que os grupos destacaram, foi que mesmo se os canais cortassem as terras das comunidades, eles não teriam acesso a água, pois seriam desapropriados cinco quilômetros à direita e a esquerda dos tubos. O consumo da água se tornaria mais caro. O representante da comunidade Negros de Gilu, em Itacuruba (PE),

atingidos pela construção da Barragem de Sobradinho, aponta que nenhum quilombola foi beneficiado com o projeto, perdendo seu território tradicional.

O povoado de Carvalho, localizado no Município de Custódia (PE), teria sua igreja, construída por escravos libertos, demolida pelas obras da transposição. Uma escola, ao lado da antiga construção, também alcançaria o mesmo fim. Os moradores locais lamentam a provável perda do patrimônio. A comunidade remanescente de quilombo tem o reconhecimento pela Fundação Palmares desde 16 de maio de 2007, no entanto, não se seguiu o processo de demarcação e titulação do território (Comissão Pastoral da Terra, 2011). O atraso na demarcação da terra é mais um empecilho para a existência da capela, propriedade da fazenda onde essa está localizada. O antigo proprietário recebeu indenização pelo curso das obras da transposição, mas a comunidade resiste.

O Sertão do São Francisco é fortemente marcado pela presença de grupos étnicos, que tendem a uma ligação com o Rio dos Currais. O número de comunidades em processo de reconhecimento comprova uma densa presença negra e indígena na região do Submédio São Francisco. Como fica evidente, através dos exemplos mencionados, além dos problemas de reconhecimento pela terra, o que resulta em lutas pela apropriação dessas áreas, os grupos de negros rurais quilombolas dessa região enfrentam também dificuldades que envolvem grandes projetos do governo. A água do Rio da Integração e seus afluentes, que corre por muitas dessas comunidades e é fonte de sobrevivência de muitas daquelas populações, de repente é negada a esse povo e resulta em um processo de deslocamento, cuja cultura e história desses grupos nem sempre resiste as dificuldades causadas pelo remanejamento.

## **6. BARRINHA DA CONCEIÇÃO**

Localizada no município de Juazeiro (BA), a margem do rio São Francisco, Barrinha da Conceição é uma comunidade remanescente de quilombo que possui a titulação de suas terras. O nome do local é em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, cujo grupo, em uma festa tradicional, comemora de 29 de novembro a 08 de dezembro, o dia da padroeira do local.

A moradora mais velha da comunidade, Roberta Maria dos Santos Oliveira, conta que o aldeamento do espaço começou a partir da vinda de seus antepassados de Canudos (BA) para Juazeiro. Eles fugiam da guerra que assolava a localidade, e que durou de 1896 a 1897. Com esse grupo foi trazida a imagem de Nossa Senhora da Conceição, que a avó de Roberta conservou em sua casa de barro, onde realizava novenas em homenagem a santa. “Ela enfeitava a casa com correntes. Antes não tinha festa, mas as novenas”, explica a matriarca de Barrinha. A verdadeira comemoração começou algum tempo depois, quando depois da “reza” o povo se reunia em rodas para dançar o chamado Samba de Veio.

Hoje a comunidade possui uma Capela própria para a santa. Apesar de se dizer um grupo essencialmente católico, os moradores recordam a existência de um terreiro de Candomblé na aldeia, e alguns admitem terem freqüentado determinadas festas organizadas pelo pai Arlindo, já falecido. Também é perceptível o sincretismo religioso, quando Roberta cita que, quando mais nova, havia a cultura de aceitação do Caboclo durante algumas rezas nas proximidades da aldeia, mais especificamente na Ilha do Rodeadouro (BA). Com pesar ela diz que esse tipo de celebração “se acabou tudo”.

Larissa dos Santos Oliveira, 26 anos, é a vice presidente da Associação de Vizinhança de Barrinha da Conceição. Neta de Roberta, ela luta pelo reconhecimento da própria comunidade enquanto quilombola. Em uma estimativa, ela diz que o grupo tem aproximadamente 60 pessoas e que não aceita gente de fora. Os mais jovens do grupo vêem dificuldade em admitir que ser remanescente de quilombo é uma coisa boa. Eles associam o fato ao preconceito racial.

Há algum tempo a Comunidade deixou de produzir o seu plantio. Hoje a maioria da população trabalha na zona urbana de Juazeiro. Larissa explica que um dos ganhos da associação foi que o ônibus chegasse até a aldeia e que viesse em mais horários, passando às 6h30, 12h00 e 17h00. Ela diz que isso facilitou principalmente o acesso das crianças a escola, além do retorno dos trabalhadores.

Na aldeia não há uma escola para as crianças, tão pouco um posto de saúde próximo. Um outro problema é com relação a falta de saneamento básico. A associação pensa em implementar a agricultura, construindo uma horta coletiva para os moradores, favorecendo a oportunidade de emprego e a alimentação. No entanto, não há irrigação, pois apesar da

proximidade com o rio, eles não possuem um sistema para levar água às suas terras de plantio.

Diante de todos esses problemas é perceptível a falta de políticas públicas que abarquem e facilitem a permanência da tradição de comunidades remanescentes de quilombo como a Barrinha da Conceição. Apesar de ainda conservarem certa tradição, como a festa da padroeira do local, muito da cultura lembrada pela matriarca Roberta se perdeu com o tempo. Até mesmo a história da aldeia se vê na eminência de um fim, já que é apenas a idosa que sabe em essência a história do seu povo.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**As questões que foram apresentadas nesse artigo refletem uma pequena parte das discussões que cercam o tema comunidades rurais negras quilombolas. Pretendemos apontar que várias questões teóricas devem ser pensadas antes do fechar do obturador. As discussões acerca do conceito de quilombo e seus atrelamentos históricos e antropológicos aqui apontadas mostram alguns aspectos da questão mas não a esgotam. A região do submédio, sob a qual se debruça essa pesquisa, ainda possui nuances regionais que devem ser contempladas na discussão sobre quilombos e suas especificidades. Outra discussão que apenas apontamos aqui e merece ser exaustivamente discutida é a propriedade da terra, que para os quilombolas não foi resolvida com a promulgação do artigo 68.**

**Ainda há muito por dizer sobre os quilombos do sertão. Conceição do Barreirinho é apenas uma mostra, ainda incipiente do que há pela frente. Os territórios de liberdade ainda serão exaustivamente investigados nesse projeto.**

## **REFERENCIAS**

AMORIN, Itamar Gomes; GERMANI, Guiomar Inez. Quilombos da Bahia. Presença incontestável. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaidelapoblacion/03.pdf>. Acessado em 2 de abril de 2011.

ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. **Raça**. Novas Perspectivas antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Edufba, 2008.

BRASIL. Constituição, 1988. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao> . Acessado em: 10 set. 2011.

CAMPOS, Carla Siqueira. Rio São Francisco: O Rio da Injustiça Ambiental. Encontro Nacional da ANPPAS, 4., 2008, Brasília. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=214&cod\\_boletim=12&tipo=Artigos](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=214&cod_boletim=12&tipo=Artigos). Acessado em: 10 set. 2011.

CHASIN, Ana Carolina da Matta. 20 Anos de Regularização Fundiária de Territórios Quilombolas: um balanço da implementação do direito à terra estabelecido pela Constituição Federal de 1988. **Revista Política Hoje**, Vol. 158 18, n. 2, 2009.

CODEVASF. PLANVASF. Plano Diretor para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Disponível em: <http://www.codevasf.gov.br/principal/publicacoes/publicacoes-atuais/planvasf>. Acessado em 01 de abril de 2011.

CAMPOS, Carla Siqueira. Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco. Disponível em: [http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=214&cod\\_boletim=12&tipo=Artigos](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=214&cod_boletim=12&tipo=Artigos). Acessado em: 16 out. 2011

FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br>

GEOGRAFAR. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/estudo%20msf.html>. Acessado em 11 de março de 2011.

Quilombolas dizem não à transposição do São Francisco. *Centro de Cultura Luiz Freire*, 20 ago. 2007. Disponível em [:http://www.concepto.com.br/cclf/admin/modules/noticia/?id=225](http://www.concepto.com.br/cclf/admin/modules/noticia/?id=225). Acesso em: 16 out. 2011.

MATTOS, Wilson. **Negros contra a ordem**. Astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador-Ba 1850-1888). Salvador, Eduneb,Edufba, 2008.

REIS, João José. GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um Fio**: História dos Quilombos no Brasil. Editora Schwarcz LTDA, 2008.

SILVA, Karine Pereira. A utilização da comunicação comunitária em Tijuacú.; orientadora: Céres Marisa dos Santos . Trabalho de Conclusão de curso apresentado para o curso de Comunicação Social da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília; CARVALHO, Maria Celina. Atualização do Conceito de Quilombo: Identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Socioda**. Ano V. Vol. 10. 1 semestre de 2002. pp. 1-6.

SANTOS, Lucimar Felisberto. Os bastidores da lei: estratégias escravas e o Fundo de Emancipação. Disponível em: [http://www.revistahistoria.ufba.br/2009\\_2/a02.pdf](http://www.revistahistoria.ufba.br/2009_2/a02.pdf). Acessado em: 16 out. 2011.